ATA Nº 5/2013

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2013 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, REALIZADA A 24 DE JUNHO DE 2013

------No dia 24 de junho de 2013, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de junho, convocada ao abrigo do nº 1 do Artigo 49º da Lei nºs 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Artigo 19º, do nº 1 do Artigo 23º, do nº 3 do Artigo 26º e nº 2 do Artigo 29º, todos do respetivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 -** *Apreciação e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e atividades mais relevantes) do corrente ano;*
- **PONTO 2 -** *Apreciação e votação da proposta de acordo de pagamento com a entidade Águas do Algarve, S.A.;*
- **PONTO 3 -** *Apreciação e votação da proposta de acordo de pagamento com a entidade ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;*
- **PONTO 4 -** *Apreciação e votação da proposta de alienação das ações detidas pela Câmara Municipal de Lagos na Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, S.A.;*
- **PONTO 5 -** *Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado na carreira e categoria de Técnico Superior (Gestão);*
- **PONTO 6 -** *Apreciação e votação da proposta de Adenda ao contrato programa relativo à Gestão do Sistema de Transportes Urbanos de Lagos - Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;*
- **PONTO 7 -** *Apreciação e votação da proposta de Adenda ao contrato programa relativo à exploração dos Parques de Estacionamento de Duração Limitada, Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Zonas de Acesso Automóvel Condicionado - Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;*
- **PONTO 8 -** *Apreciação e votação da proposta de Declaração de Utilidade Pública de Expropriação da parcela de terreno nº 5 (02.55), para construção da Via 10 do Plano de Urbanização da Meia Praia;*
- **PONTO 9 -** *Apreciação e votação da proposta de Declaração de Utilidade Pública de Expropriação da parcela de terreno nº 8 (02.58),*

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

para construção da Via 10 do Plano de Urbanização da Meia Praia;

➢ **PONTO 10** - *Apreciação e votação da proposta de Isenção do Pagamento da Taxa de Licenciamento de Espetáculos na Via Pública – VIII Grande Prémio do Grupo Desportivo Santander Totta;*

➢ **PONTO 11** - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Licenças, Taxas e outras Receitas Municipais;*

➢ **PONTO 12** - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do município.*

------**ABERTURA DA SESSÃO**: Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 21 horas e 2 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Ana Margarida Passos Águas Bento Barros Martins
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

------**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)

------**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	José Valentim Rosado	Sessão de junho	Rui Filipe Machado de Araújo
PSD	Eurico José dos Reis Correia	1 dia	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro	1 dia	Ana Margarida Passos Águas Bento Barros Martins
PS	Rui Manuel Furtado Barros Santos	1 dia	Maria Teresa Andrêz Gonçalves

------**FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,** a seguir indicados:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Maria Teresa Andrêz Gonçalves

------**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vice-Presidente

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

PS	Paulo José Lourenço Tovar de Morais - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador
PSD	Virgínia Paula V. Marreiros Conceição Silva - Vereadora

------**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicado:

PARIDO	**NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL**
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora

-----**ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes atas:

------Ata nº 3/2013 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de abril de 2013.----------

------A Ata nº 3/2013 obteve o seguinte resultado:

	PS	**PSD**	**CDS**	**CDU**	**BE**	**TOTAL**
VOTOS A FAVOR	15	2	1	1	0	**19**
ABSTENÇÕES	0	3	0	0	1	**4**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO Nº 51/AM/2013**:

------**Aprovada**, por maioria, a Ata nº 3/2013 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de abril de 2013.------

------Ata nº 4/2013 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 6 de maio de 2013.----------

------A Ata nº 4/2013 obteve o seguinte resultado:

	PS	**PSD**	**CDS**	**CDU**	**BE**	**TOTAL**
VOTOS A FAVOR	15	3	1	1	1	**21**
ABSTENÇÕES	0	2	0	0	0	**2**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO Nº 52/AM/2013**:

------**Aprovada**, por maioria, a Ata nº 4/2013 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 6 de maio de 2013.-------

------**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O munícipe Sr. Francisco Duarte, indignado, perguntou o porquê do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos ter dado instruções no sentido do Corpo de Intervenção da PSP "carregar" sobre os vendedores ambulantes se estes até ao dia 1 de julho próximo não se retirarem dos atuais locais de venda ambulante que ocupam.----------

------O Munícipe Sr. Jacinto Vieira fez a seguinte intervenção: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Lagos. A Frente do Algarve Livre de Transgénicos,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

interpretou a Lei das Sementes no documento nº 1 em anexo, classificando-a como uma pilhagem que conduz ao inevitável extermínio dos cidadãos europeus. Trata-se, portanto, dum incontestável atentado à vida humana. Os agricultores nunca pouparam esforços e sacrifícios, na sua lida campesina, para cumprir a sua missão de produzir alimentos com a preocupação de satisfazer as necessidades cruciais de nutrição do ser humano. Tudo isto aconteceu durante muitos séculos. Com esta longa presença na atividade agrícola, resultou na inerente aquisição dos direitos adquiridos a favor dos agricultores a quem se deve o triunfo da soberania alimentar. Deste modo, merecem a conquista da Regulamentação que os mandatam a exercer as suas funções estipuladas no instrumento em que estão implícitos os irrevogáveis "usos e costumes" que desde sempre foram aplicados e que correspondem aos direitos adquiridos atrás mencionados. Para apagar estes direitos, surgiu a União Europeia que roubou a soberania às nações europeias. E, assim poder legislar para nos escravizar. Ora, nos alicerces da União Europeia abundam um recheio de fraudes que começam nos comités dos infiltrados que começam nos comités dos infiltrados tecnocratas da sociedade secreta Távola Redonda que são os autores da Lei das Sementes e de todas as manigâncias. Estas manigâncias continuam nos painéis que aprovam todo veneno da Monsanto e na fachada eleitoral do inútil Parlamento Europeu e nas regalias das marionetes que se chamam Deputados silenciados. Para provar a inutilidade do Parlamento Europeu, juntamos em anexo o documento nº 1-A. No meio destas manigâncias fraudulentas, destaca-se o sinistro e premeditado Instituto Europeu de Patentes que dispõe de poderes ditatoriais para extorquir as sementes pertencentes aos agricultores e entregá-las à Monsanto, à Duport, à Syngenta e outras, conforme se pode concluir da leitura do documento nº 2 em anexo, relativo àquele Instituto. Perante o trágico facto consumado determinado pela premeditação engendrada pelo autoritário Instituto Europeu das Patentes, chamamos à atenção do Exmo. Sr. Presidente desta Assembleia Municipal para o documento nº 3 em anexo. Este documento diz respeito a uma entrevista na RTP2 com o agricultor biológico Sr. Luís Alves que concluiu ao declarar que se tornou num terrorista verde que lutará até à morte para conservar as suas sementes. Uma declaração tão dramática deixa transparecer que o que está a passar evoluirá para uma tragédia sem precedentes se o Poder Local optar por não desobedecer à disciplina dos compromissos partidários assumidos em conivência com um Governo que traiu o povo, agravando constantemente as suas dificuldades, sendo que uma parte significativa já passa fome. Se a fome se apresenta com esta gravidade antes da Lei das Sementes, só se pode esperar um holocausto monumental quando o cultivo parar porque a quadrilha de ladrões que compõe o Instituto Europeu das Plantas, lavrou o auto de extorsão das sementes aos agricultores. É evidente que os agricultores irão exercer os seus direitos de legítima defesa para não perder o direito à vida e à paragem da sua atividade. Apertados para a defender porque o inevitável holocausto pela fome não perdoará, o comportamento dos agricultores será logicamente semelhante àquele que foi declarado durante a entrevista na RTP2, lutando até à morte para salvar as suas sementes e as suas vidas. Se o Poder Central está comprometido com as decisões da União Europeia e o Poder Local não assumir

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

uma atitude de rejeição à crueldade que está subjacente na Lei das Sementes, os agricultores ficarão isolados a lutar. Nessas circunstâncias, só lhes resta recorrer à construção do regime comunitário para poder sobreviver. Finalmente, vimos requerer a V. Exa. a realização duma Assembleia Extraordinária, destinada a discutir a rejeição e repudio da Lei das Sementes nociva à população de Lagos, onde o redator deste texto conhece muitos professores e não só que adotaram a alimentação macrobiótica. É obvio que apoiam a dita rejeição."----------
------Esta intervenção foi entregue à mesa juntamente com os anexos mencionados, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 527-8.----------
------O Munícipe Sr. Romeu Duarte disse ser um dos vendedores ambulantes, de etnia cigana, mais antigos de Lagos. Referiu que antes de ser feita a obra na Praça do Infante, vendia lá e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, depois da obra concluída, colocou-o nas traseiras do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, para depois o retirar desse local e colocá-lo à entrada da praça de táxis; local onde até à presente data, exerce a sua atividade de vendedor ambulante. Disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha, no ano passado, informado que não dava lugares de vendedores ambulantes, para o ano de dois mil e treze, a ninguém e não deu, mas foi recebedor de um aviso para pagar duzentos e cinquenta euros pela ocupação da via pública. Informou que a um seu cunhado tinha sido dada uma licença pelo Sr. Vereador Jorge Serpa que indeferiu um pedido seu para uma licença igual. Terminou dizendo que são todas estas situações que não compreende.----------
------O Munícipe Sr. Ramiril Duarte disse que ele e os seus irmãos, que já tomaram a palavra, são dos mais velhos vendedores ambulantes de Lagos. Lamentou a ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos e pediu um pouco de mais respeito, por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, pela sua família, uma vez que todos se conhecem desde a infância. Referiu que a sua família sempre colaborou, na medida do possível com a Câmara Municipal. Disse que não sabe o porquê do Sr. Vereador Jorge Serpa não olhar os membros da sua família cara a cara. Perguntou se havia alguma norma legal que permitisse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos não atendesse e não recebesse os membros da família Duarte na Câmara Municipal, uma vez que pede para reunir com o Sr. Presidente da Câmara e este não atende aos pedidos. Disse que existe agora um projeto de quiosques para a Avenida dos Descobrimentos, mas está-se a passar por uma crise muito grande e não é possível adquirir um quiosque por dez mil euros. Referiu que foram informados que a Câmara não quer os vendedores ambulantes nos atuais sítios a partir do dia um de julho. Disse que tinha pedido à Câmara Municipal para deixar fazer, ao menos, este verão, já que atualmente trabalham dois meses por ano para viver os restantes, mas por uma teimosia do Sr. Vereador Jorge Serpa isso não vai ser permitido.----------
------O Munícipe Sr. Paulo Arantes, Presidente da Direção do Moto Clube de Lagos, disse que o Moto Clube de Lagos dia 13 de julho comemora dezassete anos de existência, tendo desde mil novecentos e noventa e seis promovido e educado o motociclismo no Concelho de Lagos, divulgando o nome de Lagos por todos os locais por onde passam os seus sócios. Referiu que tinha sido cedido a esta

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

coletividade um lote de terreno para a construção de uma escola de trânsito e sede social do Moto Clube de Lagos que, derivado à atual situação de crise, não foi possível avançar; no entanto foi solicitada a construção de um pavilhão provisório, para servir de sede do clube, com cerca de cem metros quadrados, tendo sido apresentado o projeto e tendo o mesmo sido aprovado. Acrescentou que depois deste processo veio a saber que o PDM prevê uma estrada, no local previsto para construir o pavilhão, com dezasseis metros de largura. Disse que perante todas estas situações, foi solicitada à Câmara Municipal a ocupação de alguns espaços cuja propriedade é da Câmara Municipal, como a escola das Quatro Estradas, que não lhes foi cedida; a escola do Colégio, que também não foi cedida; a escola junto aos Bombeiros, também não foi disponibilizada e foi entregue a uma coletividade lacobrigense que ficou assim com duas sedes; a escola do Cotifo também foi entregue a uma Associação mais recente em Lagos do que o Moto Clube; foi ainda solicitada a Casa dos Juízes e uma no Bairro 28 de setembro mas ambas não foram cedidas e foram emparedadas, estando abandonadas; o último pedido foi em relação às antigas instalações do matadouro de Lagos e a resposta que obtiveram é que o antigo Ciclo ia ser entregue às Associações; foram ver o espaço, escolheram o mesmo e, apesar de estar vandalizado, aceitaram o espaço, responsabilizando-se o Moto Clube pelas despesas que sejam necessárias fazer com a recuperação do espaço, tendo já sido apresentado um projeto, por exigência da Câmara Municipal, mas o mesmo não tem tido resposta, uma vez que a única resposta dada pelo Sr. Vereador Jorge Serpa é que o mesmo está nos Serviços. Disse que o Moto Clube de Lagos tem dignificado a modalidade e o Concelho de Lagos, desde há dezassete anos e por isso gostava de saber se o Moto Clube era bem aceite na cidade, ou não. Terminou questionando o porquê do Moto Clube de Lagos não conseguir um espaço para a sua sede social.----------

-------**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.21
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)	21.21

------**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 136/2013 a 235/2013, inclusive.----------

-------Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 115/2013 a 191/2013, inclusive.----------

------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pela Comissão Permanente: "Considerando que, o Porto de Lagos é uma infraestrutura pública com importância inequívoca para a comunidade local, pela relevância das diversas atividades económicas que aí têm lugar: a pesca, as atividades marítimo-turísticas, a reparação naval e a náutica de recreio; Considerando que o Porto de Lagos constitui, para as comunidades locais e envolventes, um pólo

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

de desenvolvimento inalienável para a sustentabilidade da economia local e bem estar das populações desta zona do barlavento algarvio; Considerando que o estado atual de assoreamento do Porto de Lagos, na barra, no canal de acesso e nas docas interiores, dificulta a prática da acessibilidade marítima ao porto em condições de segurança; Considerando que a barra, o canal de acesso e as docas interiores do Porto de Lagos necessitam há muito de uma dragagem de manutenção, que reponha os fundos anteriormente estabelecidos e as condições de segurança e operacionalidade da acessibilidade marítima, condições essenciais para o desenvolvimento das atividades referidas; A Assembleia Municipal de Lagos reunida a 24 de junho de 2013 delibere exigir ao Governo a dragagem da barra, do canal de acesso e das docas interiores do Porto de Lagos, repondo as condições de segurança e operacionalidade da acessibilidade marítima."----------

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção passou-se à votação da Moção apresentada pela Comissão Permanente.----------

------**DELIBERAÇÃO Nº 53/AM/2013**:

------**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pela Comissão Permanente.-

------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE: "Tendo em conta as seguintes considerações: 1. A gestão dos dinheiros públicos deve ser rigorosa, ponderada e fiscalizada pelo órgão competente, a Assembleia Municipal. 2. É necessária uma absoluta transparência nas contas públicas e é preciso combater o desperdício financeiro. 3. Perante a situação financeira do país e a necessidade de uma maior transparência das despesas públicas e responsabilização das mesmas por parte das entidades e sujeitos intervenientes. A Assembleia Municipal de Lagos reunida em sessão ordinária no dia 24 de junho de 2013, recomenda ao Executivo Municipal o seguinte: - Solicitar a presença dos responsáveis máximos das empresas municipais para apresentação de contas, trabalho realizado e perspetiva para futura redução da despesa bem como esclarecimento de alguma questão que a assembleia queira colocar."----------

------A Sra. Manuela Goes (BE) disse que o BE apresenta esta Recomendação porque as Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Municipal não têm reunido e porque o mandato autárquico está a chegar ao fim e gostavam de saber pormenores sobre as empresas municipais, pela boca dos seus responsáveis máximos.----------

------Posto isto passou-se à votação da Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE.----------

------**DELIBERAÇÃO Nº 54/AM/2013**:

------**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do BE.----------

------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "A portaria nº 230/2012, de 3 de agosto, veio proibir a utilização de "caranguejo-mouro", também designado por caranguejo-verde, como isco vivo, na costa algarvia a leste do meridiano que passa pelo farol do cabo de São Vicente (8° 59' 8" W)". Ou seja, é possível a utilização do

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

isco vivo em todo o território nacional com exceção do espaço a leste do cabo de S. Vicente, o que configura uma inadmissível descriminação. Muitos são os argumentos defendidos pelos pescadores e armadores, contra esta proibição, a saber: - O uso da cavala não ser higiénico. - O uso da cavala como isco aumentar o valor das despesas de produção, que têm reflexos negativos nas remunerações dos pescadores e rendimentos dos armadores. - Se as embarcações estiverem 1, 2 ou 3 dias impedidas de ir ao mar devido às más condições climatéricas, quando lá vão já as armadilhas não têm nenhum isco (cavala), porque a pulga do mar o chupou todo e só lá estão espinhas. - Mas se o isco for o caranguejo esta situação já não acontece porque este se matem vivo. - O preço da cavala excessivamente caro para uso como isco. - Falta de quantidades suficientes de cavala para fazer face às necessidades exigidas. - O uso do caranguejo vivo como isco, gera poupança de combustível, pois evita ir-se todos os dias levantar as artes, reduzindo, assim, os custos de produção, aumentando por via direta as remunerações dos pescadores e os rendimentos dos armadores. Considerando ainda que o IPMA esclareceu que a utilização do caranguejo não é uma questão cientifica, acrescentando que os dados existentes não sugerem uma sobre-exploração do caranguejo. Face ao exposto, e em defesa das condições de trabalho dos pescadores e armadores da pesca do polvo do concelho de Lagos em particular e do Algarve em geral. O eleito da CDU propõe: Que a Assembleia Municipal reunida no dia 24 de junho de 2013 delibere: 1. Exigir do Governo a revogação do artº 8º da Portaria nº 230/2012 de 3 de agosto que proíbe o uso de caranguejo vivo como isco, a leste do Cabo de S. Vicente. 2. Dar conhecimento desta proposta ao Governo, à Assembleia da República, ao Presidente da República, às organizações representativas dos pescadores e armadores da região algarvia e aos órgãos de comunicação social. 3 - Dar conhecimento desta proposta às Assembleias e Câmaras Municipais do Algarve solicitando a sua solidariedade com a luta dos armadores e pescadores da pesca do polvo, subscrevendo esta proposta."----------

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	1	0	**1**
ABSTENÇÕES	2	0	0	0	1	**3**
VOTOS CONTRA	15	5	1	0	0	**21**

------**DELIBERAÇÃO Nº 55/AM/2013**:

------**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "Considerando que: Uma política de saúde enquadrada num serviço nacional de saúde universal e gratuito, munido dos meios necessários materiais e humanos, para além de constituir um direito universal, contido na Constituição da Republica Portuguesa, constitui simultaneamente uma indispensável alavanca para o desenvolvimento. É um facto reconhecido que, o

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Algarve está mergulhado numa profunda crise económica e social, assumindo maiores contornos do que a própria crise Nacional, significando que, qualquer medida que venha a ser aplicada que não tenha em linha de conta esta realidade que, dado ao enorme volume dos problemas e das políticas que os originam, se move negativamente, causará ainda maiores danos, tornando mais morosa e difícil a sua superação. A vida tem comprovado que a centralização de serviços, levados a cabo pelos sucessivos governos, tem acarretado consequências negativas para as populações especialmente nas regiões menos povoadas, pondo em causa o direito à proteção da saúde que, para além dos contornos negativos de ordem humana que tal facto acarreta, constitui um incumprimento da Constituição da República. As consequências desta política são evidentes: maior dificuldade do acesso a cuidados de saúde, degradação dos serviços prestados e custos mais elevados, para os utentes e para o Estado, contribuindo em muito para a desvalorização da função social e profissional dos trabalhadores da saúde. Quando se exigia que se colmatassem valências em falta nos hospitais Algarvios, que se reforçasse e rejuvenescesse o corpo clínico ou ainda que se concretizasse a velha aspiração da construção do hospital central do Algarve e do novo hospital de Lagos, o governo avança com a decisão de diminuir valências de cuidados de saúde, avançando para a junção de hospitais, com o objetivo único de cortar despesas, o que não se deve confundir com os muitos milhões a ser entregues a grupos económicos com interesses na área da saúde. Apesar de toda a demagogia e propaganda de que o processo se reveste para justificar a bondade da decisão, a verdade é que, caso a anunciada fusão vá por diante, com a aberração de um serviço alternativo dos serviços de urgências, pondo ainda mais em causa o acesso a cuidados médicos de milhares de Algarvios e visitantes da região; visitantes diga-se que, constituem uma forte componente do desenvolvimento económico da região, o que esta medida anunciada, para além do mais, não tem em linha de conta. Neste enquadramento, o eleito da CDU na Assembleia Municipal de Lagos reunida a 24 de junho de 2013 propõe: 1. Que a Assembleia Municipal de Lagos delibere, manifestar o seu desacordo, pela medida anunciada pelo Governo de fundir os hospitais do Algarve, por a julgar desadequada e lesiva dos interesses do Algarve e da sua população, residente e visitantes e, pelas razões expostas e plenamente justificadas, exige a sua imediata revogação. 2 - Enviar esta proposta: - Ao Governo da Republica; - À Presidência da República; - À Assembleia da República; - Às Câmaras Municipais do Algarve; - Às Assembleias Municipais do Algarve e aos Órgãos da Comunicação Social."----------
------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	0	1	1	**19**
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	0	**1**
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	**5**

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------**DELIBERAÇÃO Nº 56/AM/2013**:
------**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--
------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "Temos vindo a acompanhar com grande preocupação a ofensiva contra os CTT enquanto empresa do setor público e enquanto serviço público fundamental às populações, à economia nacional, ao desenvolvimento regional e à coesão territorial. O Governo quer privatizar os CTT, um serviço com 500 anos de existência, uma empresa que dá lucro e que presta um serviço inestimável às populações de todo o país. Tudo isto está a ser feito em benefício de quem vier a "comprar" os CTT, contra as necessidades das populações e do país. Desde o ano de 2000, mais de um milhar de estações e postos de correios foram encerrados, desde as freguesias mais isoladas e deprimidas até centros urbanos densamente povoados. Pretende agora a Administração dos CTT encerrar mais umas centenas de estações de correios, passar parte do serviço dessas estações para papelarias e estabelecimentos similares, ficando o resto do serviço disponível apenas noutras estações de correios, quase sempre a vários quilómetros de distância. Desta forma, sacrifica-se o serviço público prestado às populações e destroem-se postos de trabalho. Acresce ainda que a entrega dos serviços postais a estabelecimentos comerciais compromete a confidencialidade do serviço, no que diz respeito à informação sobre pensões de reforma, o que pagam ou recebem os cidadãos, a quem enviam cartas e de quem as recebem. Num quadro em que o atual Governo reitera as suas intenções de avançar com a privatização dos Correios, importa mais do que nunca afirmar com clareza a rejeição destas opções de capitulação, de ataque aos serviços públicos, de abandono do País, e afirmar pelo contrário a exigência de uma política de defesa do interesse nacional, do desenvolvimento e de respeito pelas populações e pelos trabalhadores. Nestes termos e tendo em consideração o acima exposto a Assembleia Municipal reunida em 24 de junho de 2013 delibera: 1. Pronunciar-se contra a privatização da empresa CTT Correios de Portugal e em defesa da melhoria da qualidade do serviço público postal, com a manutenção do caráter totalmente público da empresa. 2. Recomendar ao governo o cancelamento imediato dos encerramentos e agenciamentos de estações de correios e a consequente reabertura e retorno à Rede Pública Postal de todas as Estações de Correios já encerradas. 3. Dar conhecimento desta proposta ao Governo, Assembleia da República, Presidente da república e Órgãos de comunicação Social."-
------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	0	1	1	**19**
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	0	**1**
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	**5**

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------**DELIBERAÇÃO Nº 57/AM/2013**:
------**Aprovada**, por maioria, a Proposta de Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------
------A Sra. Manuela Goes (BE) saudou o público presente, em grande número nesta reunião, que veio demonstrar as suas preocupações, sendo isso mesmo que devem fazer. Disse que gostava de ver esclarecida a situação enunciada pelo Munícipe Sr. Francisco Duarte, uma vez que não tem conhecimento da situação relatada. Referiu que quando os cidadãos se deslocam à Assembleia Municipal e colocam questões os Grupos políticos devem dar e ter respostas.----------
------O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou à Câmara Municipal de Lagos se tinha sido requerida alguma ação de fiscalização com a intervenção da PSP para os próximos dias, junto dos vendedores ambulantes do Centro Histórico. Perguntou qual a razão para que não estejam a ser atribuídas as licenças de venda ambulante aos cidadãos de Lagos presentes nesta reunião, quando outros têm licenças de ocupação da via pública. Perguntou ainda se a Câmara Municipal tinha imposto a transferência dos vendedores ambulantes, presentes na sala, para a Avenida dos Descobrimentos, tendo assim que adquirir um quiosque, tendo como contrapartida a manutenção da sua licença de venda ambulante. Em relação ao assunto colocado pelo Moto Clube de Lagos, questionou a Câmara sobre o porquê de tanto atraso para resolver o assunto.----------
------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os cidadãos quando se deslocam à Assembleia Municipal, esperam que este Órgão dê respostas às questões colocadas, pelo que solicitou que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal explicasse o porquê dos Deputados da Assembleia Municipal estarem calados no Período de Intervenções do Público e não poderem dar respostas; não é só porque os Deputados Municipais não têm resposta, uma vez que as questões são colocadas à Câmara Municipal. Para receberem essas respostas da Câmara devem ir à reunião de Câmara, colocando as respostas diretamente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Informou que a Assembleia Municipal só pode servir de intermediário, pedindo à Câmara Municipal aquilo que é pedido pelos cidadãos. Depois a Assembleia Municipal informa os cidadãos. Informou que a CDU ia requerer à Câmara Municipal, por escrito, respostas às questões colocadas no Período de Intervenções do Público.----------
------A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que para as pessoas se deslocarem a esta reunião é porque a situação está dramática a nível da Ocupação da Via Pública. Referiu estar em risco o ganha pão das pessoas que aqui se deslocaram, sendo que estas pessoas aqui se deslocaram numa última tentativa de obter uma explicação para a situação, uma vez que não conseguem respostas da parte dos serviços competentes. Afirmou ser urgente resolver esta situação, para evitar males maiores.--
------O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Morais, começou por dizer que desconhecia qualquer intervenção policial para o dia 1 de julho, até porque as atuações das forças de segurança não são dadas a conhecer à Câmara Municipal. Lembrou que existe um Regulamento Municipal e todos os anos é deliberada, em reunião de Câmara, a atribuição de locais de ocupação de via pública; se os

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

vendedores ambulantes ocupam outras localizações isso é um assunto à parte. Acrescentou que a atribuição dos lugares é feita na sequência de um trabalho desenvolvido por técnicos municipais. Referiu que a questão do Sr. Vereador Jorge Serpa não receber as pessoas é uma questão que só ele pode responder, mas está de férias por isso não está presente nesta reunião. Acrescentou que na sua qualidade de Chefe de Gabinete do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, tem recebido todas as pessoas que têm agendado reuniões e várias vezes reuniu com membros da família Oliveira, sendo o conteúdo das reuniões transmitido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Em relação à questão das pessoas terem que ir, ou não, para um quiosque da Avenida dos Descobrimentos, disse que está a ser cumprido o acordado, ou seja, a pessoa que passar a ocupar um quiosque, desocupa o antigo lugar de venda ambulante. Sobre o Moto Clube de Lagos, disse que ia transmitir a preocupação relatada aos Serviços e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e que ia verificar o que estava a causar esta situação.----------

------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) esclareceu que a Assembleia Municipal tem regras de funcionamento, que já duram há dezenas de anos e têm resultado; estas regras não permitem o diálogo entre os membros do público e os membros da Assembleia ou da Câmara Municipal. Informou que o público só pode intervir no período reservado para esse efeito, sendo que a Assembleia Municipal é responsável por fazer chegar à Câmara Municipal as preocupações expressas pelo público, esperando uma resposta do Órgão Executivo, por escrito.----------

------O Sr. Nuno Serafim (PSD), na sequência da intervenção do Sr. Vereador Paulo Morais, perguntou se estava prevista a ocupação da via pública com venda ambulante na Rua 25 de Abril, em frente ao Intermarché da Avenida dos Descobrimentos; parece que estão a falar de assuntos diferentes. Referiu que a família de vendedores ambulantes não está a ser tratada de uma forma conveniente. Disse que sempre que há uma intervenção junto do vendedores ambulantes, feita pelo Corpo de Intervenção da PSP, os fiscais municipais acompanham essa fiscalização. Referiu que a última vez que a Câmara Municipal solicitou a participação das forças de segurança para uma ação de fiscalização, a força de segurança retirou-se por não concordar com a forma que a Câmara Municipal queria que esta força atuasse. Disse esperar que esta situação fosse resolvida com celeridade, independentemente do Sr. Vereador do Pelouro, Jorge Serpa, estar de férias.----------

------O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Morais, disse que a atuação policial tem outras lógicas e vai mais além do que aquilo que é a mera fiscalização de ocupações da via pública, fazendo as forças de segurança, outros tipos de fiscalizações. Referiu que há muita gente fora dos locais definidos, mas não vê a Assembleia Municipal dizer que é preciso tomar medidas para acabar com os abusos.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou se a Mesa da Assembleia Municipal tinha sido informada sobre a presença, ou não, do Sr. Presidente da Câmara Municipal ou se este se faz representar pelo seu Chefe de Gabinete/Vereador. Disse achar estranha a afirmação de que é preciso a Assembleia Municipal pedir à Câmara para cumprir a Lei, porque a Câmara não sabe que tem que a cumprir. Referiu que

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

não vale a pena a Assembleia Municipal estar a pedir à Câmara para fazer cumprir os Regulamentos Municipais, quando a Câmara tem essa competência e tem essa responsabilidade. Sobre o Regulamento de ocupação da via pública disse que a Câmara fez o mesmo que fez com o Regulamento das bolsas de estudo, ou seja, retirou aquilo que era concreto e que qualquer cidadão tinha capacidade de perceber, passando a ser a Câmara a decidir e isso gera confusão e discriminação em relação à atribuição das licenças. Afirmou ser urgente colocar regras claras para todos.----------

------A Sra. Manuela Goes (BE) disse que pelas palavras do munícipe Sr. Francisco Duarte, foi feita uma ameaça aos vendedores ambulantes.----------

------A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que ninguém deve ter medo da fiscalização, pois esta é necessária, agora os vendedores ambulantes em causa temem a fiscalização por não terem a licença, uma vez que foram pedidas em dezembro e até à data ainda não foram emitidas, Referiu que verificou-se um erro nesta área, por parte da Câmara Municipal que tem que ser corrigido com urgência.----------

------O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Morais, informou que o Sr. Presidente da Câmara vai estar presente nesta reunião, depois do intervalo, porque teve outro compromisso e responderá às questões formuladas no ponto referente à Informação do Sr. Presidente da Câmara.----------

------**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 06 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 43 minutos.----------

------**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.----------

----**DELIBERAÇÃO Nº 58/AM/2013**:

------**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.----------

------Não participou nesta votação a Sra. Isabel Azevedo (PSD), por se encontrar ausente da sala.----------

------**PONTO 1 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO CORRENTE ANO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 527-14.--

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a afetação do saldo que transitou do ano anterior seria uma situação normal se o orçamento da Câmara não estivesse empolado. Referiu que podiam afetar esse saldo mas aproveitar para fazer uma revisão de outras rubricas, de maneira, a pelo menos, não aumentar a previsão da receita, que já de si é irrealista e não aumentar a previsão da despesa. Disse que esta revisão autoriza a Câmara Municipal a gastar mais um milhão quatrocentos e

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

sessenta e três mil euros e todos sabem que a Câmara Municipal não está em condições de os pagar, sendo que o PSD não poderia estar mais em desacordo com esta situação. Referiu que o aumento da despesa está repartida entre despesa corrente e de capital, sendo a despesa corrente de um milhão e duzentos mil euros, ou seja, a Assembleia Municipal vai autorizar a Câmara Municipal a endividar-se em mais de um milhão de euros.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que gostava que o Sr. Rui Araújo, Presidente do PSD local e Técnico Municipal na área das finanças, explicasse o que se fazia ao saldo de dois mil e doze. Referiu que o saldo de dois mil e doze tem que ter uma aplicação e que não é verdade que a Assembleia vai autorizar a Câmara Municipal a endividar-se em cerca de um milhão de euros. Disse que contabilisticamente existe este saldo e tem que ser feita a integração contabilística e que não é verdade que a Assembleia Municipal, ao aprovar esta revisão, está a dar carta branca para endividar o Município.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o salto tem que ser afetado, mas uma revisão ou é para cima ou é para baixo e por isso esta oportunidade podia ser aproveitada para diminuir outras previsões de receita e manter o mesmo nível de receita prevista. Referiu que é por existirem orçamentos desfasados e empolados que a Câmara Municipal se endividou, porque se os mesmos fossem realistas a despesa nunca poderia ser autorizada. Disse que há projetos plurianuais e por isso não lhe parece correto, a três meses de eleições autárquicas, estar a ser aprovada mais despesas para os próximos anos.----------

------Posto isto passou-se à votação da **2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO CORRENTE ANO**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	0	1	1	**19**
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	0	**1**
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	**5**

------**DELIBERAÇÃO Nº 59/AM/2013**:

------**Aprovada**, por maioria, a 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e atividades mais relevantes) do corrente ano, nos termos consignados na alínea b) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de junho de 2013.----------

------**PONTO 2 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE PAGAMENTO COM A ENTIDADE ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

números D - 527-15.----------
------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.----------
------O Sr. Nuno Serafim (PSD) mostrou alguma apreensão do PSD em relação aos valores em dívida da Câmara Municipal para com as Águas do Algarve, cerca de cinco milhões e novecentos mil euros. Disse que gostava que a Câmara tivesse pelos cidadãos o respeito que as Águas do Algarve tem pela Câmara Municipal, porque no que diz respeito à politica da água instituída no Município de Lagos a Câmara Municipal não se vê rogada em penhorar as contas aos cidadãos que se atrasam no pagamento da água e aplica taxas altíssimas para quem paga fora de tempo a água. Referiu que esta dívida é para ser paga em quatro anos, sendo dez por cento pago no primeiro ano, "jogando" o grosso da dívida para os três anos seguintes e olhando para as previsões das receitas e para o estado atual do endividamento, perguntou como é que a Câmara Municipal, a partir do segundo ano de contrato deste acordo, tem capacidade para honrar o mesmo.----------
------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que estão perante números extraordinários em relação àquilo que tem sido o caminho pelo qual nos tem levado, ultimamente, a Câmara Municipal, ou seja, os cidadãos pagam as suas contas da água, a Câmara não paga às Águas do Algarve, a dívida acumula, os juros de mora pagos são altíssimos, e tudo isto é um ciclo que vai sendo empurrado para a frente e quem vier atrás, de alguma maneira há de empurrar e fechar a porta. Referiu que é preocupação da CDU esta situação a juntar a outros planos de pagamentos que já existem, como o terreno da Tecnopólis, de um acordo com o Tribunal para pagamento de mais de seiscentos mil euros, entre outros. Disse compreender o facto de no primeiro ano do acordo ser pago menos valor, mas é uma situação que, apesar de ser positiva em relação aos juros, a juntar a todas as outras, vai fazer com que haja um compromisso mensal da Câmara Municipal de muitos milhares de euros, no futuro , para alem da dívida do PAEL. Terminou dizendo que a CDU vê com grande apreensão a Câmara Municipal nos próximos anos a trabalhar em cima da corda.-----
------O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que não era de ânimo leve que assinava os acordos e nem foi, com certeza, de ânimo leve que o Governo colocou esta situação na Lei do Orçamento de Estado. Recordou que se está a passar por um período de crise e esta atinge tudo e todos. Referiu que neste momento ninguém tem tesouraria para chegar aos credores e pagar, tendo toda a gente percebido, pelo que se o PSD e a CDU estão preocupados, o Executivo está muito mais preocupado e insatisfeito com a situação. Afirmou ser negativo ter dívidas e quando as temos o mais natural é pagar as mesmas, mas não existindo dinheiro para pagar é melhor reconhecer a mesma e havendo uma oportunidade onde se pode pagar em prestações e poupar nos juros, não se pode perder a mesma. Disse que não tem a certeza se pode, no futuro, honrar este e outros compromissos, mas nos dias que correm ninguém tem certezas de nada; acrescentou que a única certeza que tem é que desde há algum tempo para cá a Câmara Municipal tem vindo a conseguir abater dívida, especialmente dívida de tesouraria, atirando, em alguns casos, a dívida para o futuro, nas condições que o Estado está a facultar aos

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Municípios. Referiu que era melhor aproveitar esta oportunidade do que o credor vir reter as poucas receitas que o Município tem e que servem para pagar ordenados e para manter em funcionamento a Câmara Municipal.----------
------A Sra. Manuela Goes (BE) disse que o BE espera que não tenha sido de ânimo leve que a Câmara Municipal se tenha endividado nos montantes que todos conhecem e que vai onerar bastante o futuro do Concelho. Referiu que a culpa do brutal endividamento não é só da crise, mas também se deve às opções políticas tomadas pelo Município.----------
------O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse compreender a retórica política adotada pelo Sr. Presidente da Câmara e o discurso da fuga para a frente. Referiu que a Câmara vendeu o sistema de saneamento em alta, procedeu ao maior aumento da água e de tarifas de que há memória em Lagos, implementando um sistema de cobrança e de execução de dívidas da água, como nunca ninguém tinha antes visto, por isso este assunto é caro aos cidadãos de Lagos. Disse que lhe custa saber que a Câmara Municipal quando assina um acordo destes, mesmo que tenha alguns benefícios com os mesmos, não tente saber, junto dos Serviços da Câmara Municipal, qual o impacto destes acordos em termos do seu tempo de vigência, não ficando assim com uma ideia de que tudo isto vai pesar no futuro do Município. Referiu que a crise não é desculpa para tudo e o Município de Lagos, desde sempre foi avisado para tal, e não se pode refugiar na baixa de receitas de IMT.----------
------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a Câmara, propriamente dito, não se endividou, deixou foi de ter meios para pagar dívidas assumidas de acordo com todas as regras; a Câmara ficou a dever coisas que contratou na presunção, nas expectativa e cumprindo todas as regras legais para proceder a esses compromissos; a Câmara não adquiriu nada que não fosse com base em orçamentos e planos aprovados pela Assembleia Municipal e em ações devidamente avaliadas pela entidade que acompanha as contas dos Municípios que é o Tribunal de Contas. Disse que a previsão da receita, feita de acordo coma as regras que estão previstas na legislação das finanças locais e de acordo com os pareceres dos Técnicos Municipais, os tais que agora são candidatos, andam a anunciar que sempre avisaram o Executivo, não avisaram coisíssima nenhuma, mandavam umas bocas, alguns, porque mais do que isso não sabem fazer. Referiu que executou o programa e na altura que chegou para pagar não tinha para pagar ao contrario daquilo que estava previsto. Sobre a escola disse que a Câmara tinha feito um contrato e honra os contratos que faz; o Ministério da Educação propôs à Câmara fazer uma escola nova, porque a escola que existia, de acordo com a Carta Educativa, na altura, não era suficiente e dizer que se abandonou uma escola para se fazer outra e o terreno está em dívida é pura demagogia, uma vez que não é nada disso que se passou. Informou que só foi encerrada a escola EB 2, 3 nº 1 de Lagos, porque era suposto serem feitas duas escolas, só que o Estado ampliou a escola Júlio Dantas e tornou-se desnecessária a construção de outra escola, ou seja, caiu uma escola no colo da Câmara Municipal sem ninguém dar por isso e ninguém foi capaz de prever isto. Disse que a Câmara faz planos de tesouraria semanais por isso todas as semanas sabem quanto dinheiro têm, quanto dinheiro vão receber e o que podem pagar para

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

abater dívida, mas daqui a um ano não sabe, e ninguém sabe, qual vai ser a real situação.----------

------Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE ACORDO DE PAGAMENTO COM A ENTIDADE ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	1	0	0	**18**
ABSTENÇÕES	0	5	0	1	1	**7**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO Nº 60/AM/2013**:

------**Aprovado**, por maioria, o acordo de pagamento com a entidade Águas do Algarve, S.A., nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, 21 de fevereiro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 5 de junho de 2013.--------

------Declaração de voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): "O que disse na discussão do assunto passa a Declaração de Voto."----------

------**PONTO 3 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE PAGAMENTO COM A ENTIDADE ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 527-16.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não é por se fazer uma grande guerreia que se tem razão, antes pelo contrário, a guerreia é para esconder a falta de razão. Referiu que percebeu perfeitamente para quem eram as indiretas e lamenta, pois foi usado o lugar e a situação de quem não está presente. Disse que nem todos são "marias vão com as outras" e um exemplo concreto disso é o pagamento do subsídio de férias aos funcionários das autarquias, pois cerca de duzentas Câmara do País pagaram e as restantes não o fizeram, ou seja, não vale a pena estar a dizer que a culpa é da crise, que todos estão mal, porque sabe-se que não é assim; nem todos fizeram investimentos que não acautelaram o futuro e chegaram a uma situação em que o que se discute hoje é minimizar os efeitos daquilo que se deve e como se há-de pagar; é este o ponto a que chegou o Município de Lagos.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que gosta muito de defender com convicção aquilo que pensa. Referiu que tinha todo o direito a dar diretas e indiretas pois também recebe muitas indiretas. Informou que o Município de Lagos podia ter feito o brilharete em ter pago os subsídios de férias, mas na altura de processar os vencimentos ainda não estava definida a situação referente ao pagamento do subsídio de férias, por isso o Presidente da Câmara assumiu que o subsídio de férias só seria pago quando existisse uma solução, sendo que já está achada uma solução e é com base na mesma que já foi dada instruções para a

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

cumprir. Referiu que os acordos que o Município de Lagos está a fazer outros Municípios também os estão a fazer.----------

------Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE ACORDO DE PAGAMENTO COM A ENTIDADE ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	0	1	0	0	**18**
ABSTENÇÕES	0	5	0	1	1	**7**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO Nº 61/AM/2013**:

------**Aprovado**, por maioria, o acordo de pagamento com a entidade ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, 21 de fevereiro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 5 de junho de 2013.----------

------**PONTO 4 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DAS AÇÕES DETIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS NA GLOBALGARVE – COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, S.A.:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 527-17.--

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.----------

------O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou qual o valor que o Município de Lagos injetou na Globalgarve durante os anos da sua existência, direta e indiretamente. Anunciou o voto favorável do PSD no assunto.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a Câmara investiu na Globalgarve a sua quota parte de capital, tendo o Município beneficiado muito desta empresa, em termos de serviços de internet e alojamento do sitio da Câmara Municipal na internet.----------

------Posto isto passou-se à votação da **DA PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DAS AÇÕES DETIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS NA GLOBALGARVE – COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, S.A.**.----------

------**DELIBERAÇÃO Nº 62/AM/2013**:

------**Deliberado**, por unanimidade, o seguinte relativamente à alienação das ações detidas pela Câmara Municipal de Lagos na Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, S.A.: a) Alienar à própria empresa Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, S.A. as 250 ações que a Câmara Municipal detém desta sociedade; b) Que a referida alienação seja efetuada a título gratuito, à semelhança daquilo que foi decidido pela AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, referente à sua participação nesta empresa. Tudo isto nos termos previstos no nº 1 do Artigo 61º, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais – Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e conforme proposta apresentada pela Câmara

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 22 de maio de 2013.----------

------**PONTO 5 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO POR TEMPO INDETERMINADO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (GESTÃO):** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 527-18.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.----------

------O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que, olhando para o atual momento financeiro da Câmara Municipal, é estranho estar a apreciar uma matéria desta natureza. No seguimento da informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara na sua introdução ao assunto, em que existe uma Técnica de baixa, uma Técnica em funções diversas e um em exercício, ou seja, três Técnicos nesta área, perguntou o porque da abertura de um concurso por tempo indeterminado e porque não a termo; quais são as funções da Técnica desta área que está a exercer funções diversas.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que, com base no que está na documentação para o Ponto e no que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal na sua introdução ao assunto, a CDU iria votar a favor neste Ponto.--------

------O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que dado o momento financeiro em que a Câmara Municipal se encontra, é difícil para o PS aprovar a abertura de um concurso quando se está perante um contrato por tempo indeterminado. Referiu que não é o momento certo para esta situação apesar de compreender que a situação é complicada em termos da realização do trabalho, o que lamenta; com tanto economista e com tanto funcionário, no meio de tantos não se conseguirá encontrar mais um, evitando que esta matéria esteja entregue a alguém que não é do quadro e por isso pondo em causa, numa situação de termo do contrato, a continuidade do trabalho? Por tudo isto o PS considera não ser a altura exata para colocar à consideração de mais dois Ministros o aumento do quadro de pessoal. Terminou dizendo que o PS não iria votar a favor desta proposta.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que as deliberações da Câmara que vêm à Assembleia são para ser votadas e a Câmara respeita o sentido de voto das bancadas embora, naturalmente, não concorde com o sentido de voto de cada uma das bancadas. Referiu que o tempo é o melhor conselheiro e ajudará alguns pensamentos a sofrerem alguma evolução. Disse que neste momento há três funcionários que na Câmara têm assumido, em condições, com conhecimento de causa e com resultados satisfatórios, sendo que uma Técnica está doente e não se sabe se volta, um outro é contrato a prazo e termina o seu contrato em outubro, sendo que dos três sobra uma que tem outros dossiês a seu cargo apesar de ter formação em contabilidade e estar na Câmara há já muitos anos. Afirmou que a situação é complicada uma vez que o trabalho nesta área está a aumentar por exigência legislativa. Disse que o contrato é por tempo indeterminado

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

porque não há condições para contrato a termo certo. Referiu que ele próprio também teve muitas dúvidas sobre este assunto, mas resolveu avançar, sendo que para tudo isto se concretizar é necessária a concordância de dois Ministros, mas se antes do Gaspar, existir uma "coligação gasparina" na Assembleia Municipal que chumbe isto, paciência.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou o que Sr. Presidente da Câmara Municipal entende por "coligação gasparina".----------

------A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que atendendo às circunstâncias e à complexidade de toda esta matéria, acha humanamente impossível uma pessoa só assegurar este serviço, ou seja há que ter o mínimo de razoabilidade a analisar esta situação e não dizer que vota contra porque não se pode contratar mais ninguém. Anunciou o voto a favor neste Ponto.----------

------A Sra. Manuela Goes (BE) informou o Sr. Presidente da Câmara que, neste Ponto, o BE concordava com o Sr. Presidente da Câmara e anunciou o voto favorável do BE.----------

------O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, esclareceu que uma "coligação gasparina" é uma coligação que tem uma atuação na linha de atuação do Ministro que se enganou, que pôs a austeridade acima de tudo e que introduziu nos Municípios restrições conhecidas da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, além de outras coisas que fez um pouco sem respeitar as Dinâmicas da própria nacionalidade portuguesa; "coligação gasparina" é uma "entidade", ou "alguém" que se coloca numa situação de colocar restrições ao funcionamento das autarquias com a força, com a determinação e, às vezes, com a falta de senso que o Ministro Gaspar manifesta.----------

------O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que, não querendo contribuir para a convicção, ou falta da mesma, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, tinha colocado questões ao Sr. Presidente da Câmara e não manifestou a intenção de voto do PSD. Referiu compreender o dom de clarividência e de antecipação do futuro do Sr. Presidente da Câmara, por vezes de forma errada. Disse que aquilo que o PSD quis perceber foi quais as razões objetivas da abertura deste concurso. Pelos esclarecimentos que tiveram o PSD ia deixar à consideração da Câmara Municipal contratar, ou não um Técnico, pelo que o PSD se iria abster na votação deste Ponto.----------

------Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO POR TEMPO INDETERMINADO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (GESTÃO)**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	1	0	1	1	1	**4**
ABSTENÇÕES	5	5	0	0	0	**10**
VOTOS CONTRA	11	0	0	0	0	**11**

------**DELIBERAÇÃO Nº 63/AM/2013**:

------**Reprovada**, por maioria, a proposta apresentada pela Câmara Municipal de

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de junho de 2013, referente à abertura de procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado na carreira e categoria de Técnico Superior (Gestão).----------

------**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.----------

------**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.----

------**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 2 de julho de 2013, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 6 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 9 minutos, da madrugada do dia 25 de junho, declarado encerrada esta Reunião.----------

------Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu,.....

.....,

Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.---

.....

.....

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com